

PÔR A FRONTEIRA AQUI, NO MEIO

MESA REDONDA CENPA, PORTO, 24/25-01-1997

– MEMÓRIA DAS FRONTEIRAS: O CONTRABANDO E OUTRAS HISTÓRIAS

Por **François GUICHARD**

CENPA-Bordéus, CNRS

Resumé

Il nous faut transcrire la mémoire de ce trait d'union/séparation (et miroir) que constitue la frontière, avant qu'il ne soit totalement effacé par la construction européenne et par la mondialisation. En ayant une attention particulière pour la mémoire de la contrebande, par nature la plus sujette à s'évaporer sans laisser de traces, et pourtant incontestable composante de l'Histoire. Il s'agit donc de mettre la frontière, qui a si longtemps été notre horizon, pour une fois au centre de notre regard.

Esta mesa redonda integra-se num projecto global plurianual de reflexão sobre «Articulação dos territórios e espaços de margens», iniciado pelo CENPA a partir de 1995, na sequência lógica e directa dos trabalhos que conduz desde a sua criação sobre a identidade regional, a ideia de região e o poder regional, numa perspectiva comparativa à escala do Sudoeste europeu.

Para o efeito organizamos à volta do CENPA, eixo natural da operação, uma rede de colaboração regular envolvendo colegas de

várias universidades e instituições portuguesas, francesas e espanholas, neste último caso com particular incidência nas Universidades das regiões fronteiriças, desde Santiago de Compostela até Huelva, passando por León, Salamanca e Cáceres.

Neste âmbito já foram iniciados diversos estudos e trabalhos de campo, preparados alguns textos, realizadas várias sessões de trabalho, tais como em Vilar Formoso no mês de Outubro passado. Outros vão decorrer, sob formas diversas, até à reunião geral de síntese que coincidirá com as Quartas Jornadas de Estudo do CENPA, a realizar em Bordéus em 1998.

*

Qual é o nosso objectivo? Pôr a fronteira aqui, no meio da mesa. Trata-se de reflectir, de vários pontos de vista e de maneira tão convergente quanto possível, sobre os efeitos do actual processo de integração europeia em matéria de organização dos espaços, ao mesmo tempo no interior dos Estados membros, e na zona de contacto entre os mesmos.

Cada um destes Estados tinha elaborado um modo de estruturação territorial que lhe era específico, bem como o seu próprio sistema de articulação entre os vários níveis de competência espacial assim definidos. Ora um e outro se encontram agora, de uma certa maneira, destabilizados pelo desenvolvimento contínuo de um novo nível de decisão supranacional. Quando não, mera e simplesmente, pela mundialização da economia e dos fluxos de toda a natureza.

Quer se queira, quer não, novos espaços estão a nascer, e novas permeabilidades que até há bem pouco tempo pareciam impossíveis de conceber. Os limites e as fronteiras que herdamos, por vezes pluriseculares, estão a perder rapidamente grande parte do seu significado tradicional. Ao mesmo tempo parecem surgir outras, inesperadas, no seio mesmo de espaços e sociedades nacionais que pensávamos indefectivelmente unidas, atravessando e dividindo o seu tecido espacial e social.

Há por isso urgência em repensar as nossas noções de espaço, e por isso de limites territoriais – e em primeiro lugar a mais importante de todas: a fronteira.

Tradicionalmente a fronteira é o limite externo (e extremo) do nosso olhar. Desta vez decidimos propositadamente pô-la no centro mesmo da nossa atenção. Tem que ser, se de facto concordamos em pensar que a Europa não pode limitar-se à mera adição abstracta de

entidades nacionais fechadas sobre si próprias. Ela só terá sentido se conseguir proporcionar-nos a criação de um novo espaço comum, de uma nova identidade partilhada, cuja dinâmica se nutra do encontro, da diversidade. O seu futuro terá que enraizar-se nas originalidades mantidas de cada uma das suas componentes nacionais e culturais.

Pelo menos parece ser esta a Europa que quiseram os iniciadores do Mercado Único e dos acordos de Schengen, que vigoram respectivamente desde 1993 e 1995, e que têm por corolário – pelo menos teoricamente – a livre circulação dos homens, dos bens e das mercadorias no conjunto do espaço intracomunitário.

*

Desde então e apesar de alguns contratemplos, uma fronteira como a luso-espanhola já não é o que foi, nem provavelmente nunca mais o será. Saudade para uns, regozijo para outros, ambos ao mesmo tempo para muitos... Mas o facto é, irreversível. A palavra «fronteira» mudou de sentido, de realidade, de imagem. Desmaterializou-se. Desapareceu visualmente, fisicamente, da paisagem. Desvaneceu-se no olhar. Já não trava o ritmo dos passos nem das rodas de quem deve concretamente atravessá-la, viajante regular ou ocasional, mero turista ou profissional dos transportes. E mais ainda, claro está, para quem a teve sempre no horizonte permanente do seu dia a dia, o residente da zona raiana.

Fecharam as alfândegas, foram exonerados ou transferidos os seus guardas, funcionários e agentes fiscalizadores. Até levaram com eles as bandeiras, provavelmente com medo de serem roubadas, já que não ia ficar mais ninguém para vigiá-las. Desmontaram as barreiras. Fecharam portas, janelas e contraventos. Deixados ao abandono, os antigos prédios, por vezes imponentes, que simbolizavam o controlo do Estado já começam a perder as cores, os vidros, por vezes as telhas. Ganham assim de dia para dia um ar de família (embora com menos categoria: são parentes modestos, quando não pobrezinhos) que os aparenta aos seus equivalentes dos séculos passados: esta impressionante grinalda de torres e fortalezas, alinhada em dupla linha paralela, com intervalos afinal muito regulares, de ambos os lados da mesma fronteira.

Assim está a nascer, de uma certa maneira, uma nova geração de ruínas histórico-patrimoniais. Uma nova sedimentação do passado acontece à nossa vista sobre esta fronteira, não só a mais antiga como a mais estável da Europa.

À medida que perde as suas virtudes operacionais, a fronteira entra no património; na memória; na lenda, e na História. De linha estratégica, está a transformar-se num objecto de estudo para historiadores e antropólogos.

Mas é um objecto de estudo complexo, que se deve abordar com um certo cuidado, como qualquer outra realidade.

*

Em primeiro lugar, não devemos esquecer que a noção de fronteira corresponde sempre a duas realidades bem diferentes, e em grande parte opostas.

Por um lado, para a maioria dentre nós, gente da cidade, da metrópole, do centro do País, a fronteira é obstáculo e/ou protecção, conforme a época. É protecção em tempos de tensões e de conflitos armados. É obstáculo em tempos de paz, de trocas, de turismo e de negócios. Ou seja: para a nossa geração, meio século de paz contínua transformou-a num obstáculo permanente. Perdemos a memória viva de que podia ser outra coisa. Ainda bem... Mas não podemos esquecer que no passado nem sempre foi assim. Pelo menos para compreender que a memória da fronteira pode variar com o tempo, com a idade da testemunha. Esta memória também constitui depósitos sucessivos, cuja tonalidade pode ser muito contrastada.

Por outro lado, para quem vive nas suas imediações, a fronteira pelo contrário muitas vezes foi a linha de vida, a principal fonte de recursos, quando não a razão de ser. Sobretudo em terras afastadas, isoladas, e de poucos recursos naturais. Pelo menos havia este...

Assim a abolição do entrave fronteiriço não pode revestir para todos o mesmo significado. Para os primeiros, os cidadãos, foi geralmente uma felicidade. A liberdade de circular alargou o horizonte, facilitou a entrada num mundo plural, concretizou a possibilidade de cada um pôr fim quando quiser ao isolamento dantes imposto, facultou a adesão à chamada «aldeia global».

Mas para os segundos, as populações raianas, foi talvez essencialmente uma catástrofe imediata. Com os alfandegários e os guardas partiram as suas famílias, as escolas perderam alunos, os comércios fregueses regulares. Já não há paragens obrigatórias, nem bichas incontornáveis, nem motivos ou pretextos para parar aqui em vez de ir até à próxima cidade para beber, comer, comprar, trocar dinheiro... Um após outro fecham lojas, cafés, mercearias, agências bancárias, postos de gasolina, que doravante não conseguem reter o

viajante. Para quem vivia lá, a fronteira-obstáculo era o principal eixo de trabalho, de emprego, de actividade, de recursos económicos. Ela tinha por isso fixado populações, dinamizado as aldeias mais perto dos sítios de passagem, ao ponto de transformar algumas delas em pontos de atracção semi-urbanos, por vezes mais importantes do que as antigas vilas circunvizinhas – tal como aconteceu com Vilar Formoso em relação à sua sede concelhia de Almeida.

Nestes casos, a abertura da fronteira foi verdadeiramente dramática. Quem atravessa agora o que foi tanto tempo a principal porta luso-espanhola já não pára em Vilar Formoso nem em Fuentes de Oñoro, mas quando muito na Guarda, por vezes em Ciudad Rodrigo, mais seguramente só em Salamanca. Da mesma maneira, quem passa o rio Minho não pára em Tuy nem em Valença, mas talvez em Vigo ou Viana do Castelo. Em ambos estes itinerários, bem como na passagem litoral sobre o Guadiana, a modernização rodoviária ainda diminuiu os pretextos para qualquer escala fronteiriça. Aliás porquê parar em cidade alguma, já que tanto se esperou ganhar tempo naqueles eixos rodoviários novos ou renovados, que evitam cuidadosamente todos os aglomerados e que começam a oferecer o apoio indispensável nas suas áreas de serviço e descanso? Mas nem os antigos postos fronteiriços situados em estradas ainda não modernizadas escapam ao abandono. Os de Quintanilha, Elvas, Marvão, por exemplo, transformaram-se em cenários algo fantasmagóricos, à semelhança dos que outrora serviram para os antigos *westerns*...

A fronteira-obstáculo tinha provocado a criação de núcleos de vida, cuja importância era proporcional ao trânsito que filtravam. Deixando de ser obstáculo, já não filtra nada, e estamos a ver o que foi uma linha de vida correr o risco de transformar-se numa faixa desertada, num espaço-parêntese cuja profundidade se alarga de ambos os lados, pelo menos até às cidades mais próximas. Ou seja, numa zona em vias de abandono, com cerca de cinquenta quilómetros, na média, de parte e doutra.

A abolição da fronteira também é isso: de um certo modo, a retracção do espaço útil, vivo, de ambos os Estados vizinhos. Parece que estes países já não precisam como antes da totalidade dos seus territórios. O que não deixa de ser algo deprimente. Então, afinal porque se gastou tanta energia, tantas palavras e tantas vidas em enaltecer e defender a integridade de umas Pátrias, que dão agora a impressão de poder dispensar as suas margens?

E não deixa também de ser algo angustiante. Até onde vai prosseguir a retracção? No caso português, porque não finalmente até às imediações de Lisboa, do Porto, dos seus satélites mais próximos e da autoestrada ombilical que liga estas únicas verdadeiras metrópoles do Portugal actual?

*

A outra vertente da problemática-fronteira que se queria esboçar aqui é a seguinte: no seu significado tradicional, a fronteira era o sacro-santo limite do ser nacional e, por isso, a linha por excelência da transgressão. Qualquer que seja a sua motivação principal, uma transgressão desta natureza acompanha-se normalmente de uma mistura de medo, por se tratar de uma actividade por inerência perigosa, e da excitação de quem desafia a ordem estabelecida. Pode-se dizer neste sentido que é um modo de afirmação da liberdade individual, como há outras noutras circunstâncias: concursos, exames, desporto, excesso de velocidade... Talvez não seja de desprezar para compreender o nosso objecto de estudo.

De qualquer maneira, esta transgressão materializava-se em torno de três elementos: os bens, os homens, as ideias.

1 – Os bens. Era o contrabando propriamente dito, ou seja, a circulação ilegal de mercadorias, por motivos essencialmente económicos: mera sobrevivência para a esmagadora maioria, verdadeira procura de lucro e da fortuna para alguns.

2 – Os homens. Era «o salto», a passagem clandestina das pessoas, com motivos variadíssimos: também económicos para muitos, mas também podiam ser políticos, culturais, espirituais (desde os Judeus no tempo de Isabel a Católica...), militares, judiciais, ou ainda passionais. Em quase todos os casos, o objectivo era fortemente individualizado. Procurava-se uma vida diferente, que se sonhava melhor, ou uma possibilidade de respirar mais fundo e livremente, ou ainda escapar à perseguição, quando não amar sem tantas dificuldades do outro lado. Era uma fuga individual, da miséria ou da fome, ou da ditadura, ou da família...

3 – As ideias, o combate ideológico. Era a passagem de literatura alternativa, de escritos combativos, a tentativa de contornar e enganar a censura, fosse ela política ou cultural.

Já não há censura, nem ditaduras, nem perseguição generalizada, nesta fronteira pelo menos. Ainda bem: o mesmo não se pode dizer em toda a Europa comunitária, nem sequer em todas as fronteiras espanholas. Mas para o resto?

O contrabando não desapareceu. Mas mudou de natureza, de redes, de produtos. Pelo essencial, passou a ser uma actividade também ela mundializada, controlada por dinâmicas multinacionais. Já não tem grande coisa a ver com o artesanato clandestino que prevalecia na raia de ontem. Aliás transferiu-se em grande parte para as fronteiras extra-comunitárias, ou seja, para os litorais e os aeroportos. As suas ambições, os seus interesses, os seus mercados já não são mais locais, mas sim europeus. Não lhe interessa o diferencial do IVA entre dois países vizinhos, como antigamente para o açúcar, a carne ou o café... É outra escala, outro mundo, são outros processos, até são outros sítios. Claro que, até à completa uniformização das taxas por produtos no chamado «Mercado Único», sempre haverá alguma vantagem no tradicional comércio clandestino das fronteiras terrestres. Mas é cada vez mais reduzido, e com certeza condenado a desaparecer quase totalmente a breve ou médio prazo. Salvo em caso de perturbações inesperadas, tal como na história das «vacas loucas»...

O mesmo se pode dizer do «salto». Quase já não se emigra para países entre os quais se pode ir e vir cada vez mais à vontade e sem entraves, ainda por cima quando a taxa de desemprego lá fora é muito pior do que cá dentro. Tal como o contrabando, a emigração clandestina mudou de horizontes, e as principais tentativas para controlá-la se concentraram nas fronteiras externas da Comunidade Europeia. E a crescente coordenação das polícias até minora muito o interesse em tentar fugir à justiça refugiando-se noutra divisão do que passou a ser, deste ponto de vista, a mesma casa...

*

Destas novas formas de ilegalidade, evidentemente não tencionamos tratar aqui. O que é quente não pertence à História, para além de ser impossível estudar – e demasiado perigoso. O que nos interessa é precisamente o que desapareceu, ou está em vias de desaparecer, quando muito mera sobrevivência de um passado do qual corremos o risco de perder a memória.

Uma memória verdadeiramente popular, profundamente misturada com a vivência destas terras periféricas que tão pouco parecem

agora interessar as nossas sociedades modernas, urbanizadas e metropolizadas, mas que durante tanto tempo formaram as nossas «linhas de frente». Uma memória que afinal partilhamos todos nós, ou não será verdade que se procurarmos cuidadosamente nas nossas próprias lembranças, sempre nos recordaremos de um certo receio que tivemos um dia na bicha do posto alfandegário?

E no entanto é uma memória frágil. Tanto mais frágil quanto por natureza própria foi tão pouco fixada por escrito. É mesmo tempo de fixá-la agora, de dizê-la, de escrevê-la, antes que se desvaneça por inteiro.

O que morreu na fronteira, no decorrer dos últimos dez ou vinte anos, tem, como Janus, face dupla: a visível e a invisível. As alfândegas, e o seu complemento quase que automático, o contrabando. As primeiras têm arquivos e processos, cuja inventariação pode e merece ser feita. Mas como estudar o invisível? Onde encontrar fontes?

O que mais nos impressionou quando começámos a agitar a ideia desta mesa redonda, foi o espantoso contraste entre a raridade e a pobreza do publicado e a incrível riqueza da memória viva. Quase ninguém tinha escrito nada, mas quase todos tinham histórias para contar...

Então contem, que é urgente e já não prejudicará ninguém! E escrevam, antes de esquecer tudo!

Temos uma História para construir, um museu vivo para erguer, com as histórias de cada um.

Ou não será assim?